

## Editorial

# Eleições

A sequência de eleições que aí vem é uma temporada ótima para fazer crer que as respostas à crise económica e social estão nos programas dos partidos concorrentes. E que para curar os males do país basta escolher "bem".

Ora, se em tempo de negócios normais as eleições não têm a virtude de fazer valer os interesses da massa trabalhadora, em tempo de descalabro económico ainda menos. Toda a propaganda dominante, com efeito, vai no sentido de sugerir "medidas", propor "alternativas", penalizar "más políticas" – sugerindo que o êxito na "resposta à crise" é uma questão de competência.

Mas se há mérito nesta crise é o de mostrar que os interesses de quem possui capital não são conciliáveis com os de quem trabalha. Não há outra maneira de responder à crise senão pelo reforço da luta de classes para que, pela força dos protestos, os interesses de quem trabalha travem as ambições de quem explora e despede. A resposta não virá, pois, de soluções "técnicas" (económicas ou político-partidárias), mas da força posta na acção para fazer valer os respectivos direitos. É o que o capital está a fazer – apoiado na lei, na autoridade, nos tribunais, nas polícias. E também nos actos eleitorais, de forma a legitimar de novo o exercício do poder.

**A** defensiva em que o povo se encontra, põe de lado qualquer mudança de fundo do quadro político actual. Mas, ainda assim, o resultado das próximas eleições não será indiferente para o curso da luta dos trabalhadores. Importa que os partidos do capital (PS, PSD e CDS) sofram, por junto, uma derrota e que nenhum deles obtenha maioria absoluta. Isto daria uma pequena, mas importante, margem de iniciativa política ao campo popular. Mas este cálculo só tem sentido nas condições de desenvolvimento da luta de massas. Pequenos ganhos políticos podem ser importantes se resultarem dessa acção – fora disso não haverá seguramente quaisquer ganhos.

# MUDAR DEVIDA

jornal popular / apoio: 0,50€

Maio 2009 / número 16

## Números oficiais

# Desemprego passa do meio milhão

## Suspensão dos despedimentos é a medida imediata a exigir



Números oficiais dão conta de que o desemprego ultrapassou o meio milhão de trabalhadores. Só nos primeiros três meses deste ano inscreveram-se nos Centros de Emprego, segundo dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, mais de 196 mil novos desempregados. Como, no mesmo período, os Centros de Emprego só conseguiram arranjar pouco mais de 12 mil postos de trabalho, isto significa que o número de desempregados aumentou efectivamente mais de 180 mil apenas de Janeiro a Março. A este ritmo, é de prever no final de 2009 uma taxa de desemprego oficial próxima dos 12%, com mais de 650 mil desempregados.

Continuam a ser os sectores operários os mais penalizados. A Qimonda, de Vila do Conde,

despediu 600 trabalhadores e suspendeu (através de *lay-off*) outros 800 durante seis meses. Na Coindu, a maior empresa do sector têxtil do país, com fábricas em Famalicão e Arcos de Valdevez, são mais 400 os trabalhadores colectivamente despedidos. Na Yazaki Saltano, que já em 2008 despedira 700 trabalhadores nas suas fábricas de Ovar e Vila Nova de Gaia, são agora cerca de 800 os trabalhadores suspensos durante meio ano. Na Platex, fábrica de Tomar onde se produzem fibras de madeira e onde laboram 240 trabalhadores, a administração tem um projecto de *lay-off*.

Agora as ameaças de despedimento pesam sobre a AutoEuropa e o governo e o patronato concertam-se para fazer ceder os trabalhadores.

Importa que nas empresas se reforce a capacidade de fazer frente à chantagem do governo e dos patrões. Não só para que os trabalhadores directamente ameaçados levem a melhor, mas também porque o seu exemplo pode ser útil para outros trabalhadores em condições semelhantes – na medida em que a luta aponte formas práticas de resistência que façam recuar o patronato.

páginas 3 e 8

**Patrões e governo ameaçam trabalhadores da AutoEuropa p. 3**

**Portagens para entrar em Lisboa, uma ideia peregrina p. 5**

**Crise mundial: Um planeta à beira da catástrofe p. 6-7**

**Salários reais diminuem, repartição do rendimento piora p. 8**

**A maioria dos franceses apoia o sequestro de patrões p. 9**

**Sindicatos noruegueses apelam ao boicote a Israel p. 12**

## Ainda o tema do chauvinismo

Na sequência da discussão travada no número anterior do MV, Francisco Raposo enviou novo comentário, a que respondemos com todo o gosto.

**S**eguramente que é de saudar a determinação com que o MV denuncia o nacionalismo chauvinismo, expressa no comentário da Redacção, no seu n.º 15, ao meu contributo *online* sobre a onda de greves no sector da construção civil na Grã-Bretanha e que toda a classe dominante europeia se apressou a apelar de racista e xenófoba. O mesmo, noutro grau, fez a nossa esquerda. Vai, contudo, conceder que os bons exemplos são salutares e devem divulgar-se o mais possível. Creio que é, contudo, um método conhecido, mas nem por isso curioso, o “embandeiramento em arco” dos ângulos de visão aparentemente não coincidentes como espécie de “bizarria”.

É que conscientemente, peguei num caso particular para projectar um aspecto que me parece fundamental na acção dos socialistas revolucionários e marxistas, hoje.

Partindo de condições fortemente desfavoráveis, com a apresentação da ideologia nacionalista, chauvinista e racista no seio da classe, saber propor um programa de acção que auxilie a combater, na prática, essas ideias no seio da classe é, do meu ponto de vista, essencial.

No caso particular de Portugal, essa tarefa é, a meu ver, particularmente difícil porque a esquerda revolucionária e marxista tende a desvalorizar a propaganda geral e ampla de uma alternativa socialista ao capitalismo.

É também isso que permite que um

dos governos mais consequentes na aplicação do neoliberalismo se possa apelar de “socialista”, que a massa de activistas de esquerda tenha conceitos vagos e de distorcidos de “democracia avançada para o século XIX” que o reformismo socialdemocrata se mascare de “socialismo popular”. No apontamento que vos enviei procurei, modestamente, valorizar um aspecto positivo da intervenção revolucionária que contribuiu para aumentar a consciência de um sector operário. No caso concreto, a influência nacionalista e chauvinista foi neutralizada com a denúncia da Directiva de Trabalho da União Europeia do Capital que procura rebaixar os padrões de trabalho usando migrantes como “arma de arremesso”. Ao reivindicar salários e condições de trabalho iguais para todos os operários, independentemente da sua nacionalidade, este sector de trabalhadores levou, efectivamente, à prática a consigna “Proletários de todos os Países, uni-vos!”.

Provavelmente, direi mais, certamente que este episódio dá-se em condições particulares e específicas que não se podem reproduzir noutros contextos. Mas certamente que pode ser usado para ilustrar alguns aspectos importantes da luta política e social que travamos.

Não quero, não posso – e a redacção do “Mudar de Vida” sabe isso bem – não tomo a arvore pela floresta nas dificuldades e perigos inerentes à época que atravessamos.

É com o presente estado de consciência de classe que temos que intervir, não com um ideal e



ideologicamente 100% puro. Mas, afinal, não foi isso que os revolucionários sempre fizeram?

**Francisco d'Oliveira Raposo**

**A** réplica de FR não acrescenta argumentos novos. Como dissemos no MV15, saudamos as posições revolucionárias que contrariaram a onda de chauvinismo e desejamos que proliferem. Mas o que nos levou a responder a FR não foi isso: foi o facto de vermos na sua posição inicial uma desvalorização dos

riscos de chauvinismo entre a massa trabalhadora (FR recomendava-nos uma “leitura mais concreta e cuidadosa” dos acontecimentos). A questão, portanto, está na avaliação que se faz do estado actual da consciência política da massa dos trabalhadores no mundo – não apenas dos sectores mais esclarecidos nem apenas no Reino Unido. Só uma apreciação rigorosa desse estado de consciência global permite mudar a situação; que a nosso ver continua para já a ser desfavorável às ideias revolucionárias.

**A redacção**

### FICHA TÉCNICA

**Redacção** Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart  
**Colaboradores** António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, Francisco Raposo, Manuel Monteiro, Rita Moura, Urbano de Campos  
**Site** David Raposo  
**Contactos**  
 Rua João Ortigão Ramos, 19-4.ªA, 1500-362 Lisboa  
 jornalmudardevida@gmail.com  
 www.jornalmudardevida.net

### ASSINATURAS

**10 números** (um ano)  
 Donativo mínimo, €15  
 Apoio, o mais possível

Como fazer uma assinatura:

**No site** [www.jornalmudardevida.net](http://www.jornalmudardevida.net) (> Assinaturas): indique nome, morada, código postal e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionar “Outras Operações” e “Transferências”), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Para sabermos de quem vem o contributo envie-nos um e-mail a comunicar a transferência.

**Por correio:** envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado ao portador.

### APOIOS

Vendas Porto.....	31,00 €
Vendas Lisboa.....	154,91 €
Vendas Entroncamento..	25,00 €
Vendas Nazaré .....	30,00 €
Donativos.....	140,00 €
<b>Total.....</b>	<b>380,91 €</b>

# Patrões e governo concertam pressões sobre os trabalhadores da AutoEuropa

Na AutoEuropa, onde o Estado português já muito investiu e os trabalhadores já muito cederam, as negociações entre a comissão de trabalhadores (CT) e a administração da empresa chegaram a um impasse. E como forma de chantagem, a administração deixou no ar a hipótese de deslocalizar a fábrica para a Alemanha.

Na discussão entre a administração e a CT estava em debate a flexibilidade dos tempos de trabalho e a proposta daquela implicava trabalho ao sábado (até ao máximo de 8 dias por ano) pagando-os como dias de trabalho normal. Na linha daquela “flexibilidade” e “mobilidade” muito elogiadas por patrões e governantes burgueses. E na carta enviada aos trabalhadores, em 20 de Maio, a administração, depois de dizer que “infelizmente não se conseguiu chegar a um consenso”, afirma que agora irá tomar as decisões adequadas a uma situação em que a fábrica está a laborar a 43% da sua capacidade normal.

Entretanto, o ministro da Economia, também fazendo chantagem sobre os trabalhadores, veio dizer que é preciso manter a “competitividade” da empresa – isto é, afinal, condições salariais mais baixas. Ao mesmo tempo, o capitalista Belmiro de Azevedo veio dar uma ajudinha, classificando de “estranhas” as



exigências dos trabalhadores da AutoEuropa, que se limitam a defender o que está consagrado nos acordos estabelecidos (por exemplo, não aceitar que o trabalho ao sábado seja pago como dia normal). Belmiro aconselhou mesmo os trabalhadores em geral a “habituares-te” ao que chama a “mobilidade” no emprego – sugerindo, no fundo, que tudo aceitem na actual situação de crise do capitalismo.

Entre as decisões a serem eventualmente tomadas pela adminis-

tração contam-se: a não renovação dos contratos a prazo a cerca de 250 trabalhadores, a passagem a um único turno (perdendo os trabalhadores 15% do salário – o subsídio de turno) e ainda a aplicação do *lay-off*.

Para os capitalistas é assim, quando há dificuldades económicas não adianta o “bom comportamento” dos trabalhadores ou os investimentos feitos pelo Estado: os custos ficam sempre para os explorados! Esperamos que dos próximos

plenários dos trabalhadores da AutoEuropa surjam decisões fortes de unidade e luta capazes de fazer face à chantagem do governo e do patronato! Não só para que os trabalhadores da AutoEuropa levem a melhor, mas também porque o seu exemplo pode ser útil para outros trabalhadores em condições semelhantes – na medida em que a luta aponte formas práticas de resistência que façam recuar o patronato.

**Pedro Goulart**

## Indignados com a administração

# Trabalhadores da Refer invadiram a sede da empresa

**D**ezenas de dirigentes e delegados sindicais da Refer (Rede Ferroviária Nacional) invadiram as instalações da empresa, no dia 23 de Abril, exigindo ser recebidos pela administração. A concentração foi convocada pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário. Protestava contra a recusa da empresa em negociar melhores condições salariais e contra a supressão de direitos e procurava fazer entrega à

administração de uma proposta negocial.

Justamente indignados com a recusa da administração em recebê-los, os sindicalistas não se ficaram pela denúncia da afronta e forçaram a entrada no edifício, chegando ao confronto com os seguranças. A Polícia de Choque foi entretanto chamada e acabou por expulsar os trabalhadores.

Na imprensa, o acontecimento só foi relatado sucintamente pelo *Correio da Manhã*. Na televisão passaram imagens, igualmente

breves mas elucidativas da revolta dos presentes e da sua decisão de não acatarem passivamente o desaforo dos administradores. “Têm que nos receber! Têm que nos receber!” – gritavam alguns dos que forçavam o cordão de segurança. Testemunhos dados no local revelaram que a administração da Refer anda a fazer gato-sapato dos trabalhadores retirando-lhes regalias, como foi o caso do seguro de doença, e mesmo voltando atrás em propostas salariais que antes tinham sido postas sobre a mesa.

À semelhança dos sequestros de patrões e administradores verificados em França, só acções como a da Refer podem fazer valer os direitos dos trabalhadores. Há que saudar por isso os sindicalistas da Refer, que usaram ir além da resignação com que a maioria dos trabalhadores por todo o país tem suportado despedimentos, perdas de direitos e sucessivas injustiças. Acusando a administração da empresa, liderada por Luís Pardal, de “cobardia” e de “recorrer a meios típicos do regime fascista”, o sindicato reuniu, dias depois, em Lisboa, um plenário de dirigentes e delegados sindicais, convidando a participar os trabalhadores e as organizações que se identificassem com as reivindicações defendidas pelo sindicato.

**Urbano de Campos**



# Lei do financiamento partidário

A revisão não é nem inocente nem desinteressada

**O** que terá levado, recentemente, a totalidade dos partidos parlamentares a mudar uma

lei do financiamento partidário (aprovada em 2003) que era tão compatível com os seus interesses de forças do poder? Fazer o jeito ao PCP? Também. Mas, não só. Em 2003, uma maioria parlamentar estabeleceu que os donativos aos partidos tinham de ser documentados por cheque ou equivalente. Fora disso, o montante dos donativos não podia passar de 21 mil euros. Ficou tramada a Festa do Avante, de onde o PCP recolhe boa parte dos fundos. E ficaram tramados também todos os pequenos partidos, existentes ou futuros, mas disso nada se falou.

A coisa era coerente, portanto, com o sentido de democracia que as forças do poder exibem. Como as suas fontes de financiamento não são as quermesses nem os pequenos donativos populares – mas as grandes empresas ou os capitalistas a quem servem por via do poder – tudo estava em conformidade.

Há dias, a nova lei alargou para perto de 1 milhão e 300 mil euros o montante dos donativos não sujeitos a documentação bancária. Ficaria assim salvo o interesse do PCP; e todos os demais partidos (que não têm festas do Avante) se mostraram muito compreensivos para com as dificuldades do PCP, afectando que, da sua parte, não haveria interesse no caso. Como disse a dra Manuela Ferreira Leite, chegando a ser cómica, “O PSD não tem receitas com essa origem e, como não tem receitas com essa origem, [o assunto] não nos diz respeito”. Brilhante, para quem dias antes tinha aprovado uma revisão legislativa “consensual”.

Mas, contra esta falsa inocência, há a lembrar que, pelo meio, houve novidades.

Veio a lume em 2007 o escândalo – entretanto abafado – de um financiamento de um milhão de euros do Grupo Espírito Santo ao CDS, em 2004-2005, como paga de favores feitos pelos então ministros do CDS Nobre Guedes e Telmo Correia. O donativo foi encoberto por recibos falsificados e este descuido (ou desplante) custou



amargos de boca ao responsável das finanças do partido e obrigou Paulo Portas a umas quantas desculpas cretinadas.

Aconteceu também a denúncia do financiamento do PSD, nas eleições autárquicas de 2001, pelo gigante da construção civil Somague que resultou na condenação pelo Tribunal Constitucional, em Fevereiro de 2008, dos “mecenas” da empresa e do responsável financeiro do partido.

Aconteceu ainda saber-se (em Maio de 2007) do financiamento, a partir do Brasil, do candidato do PS pelo círculo fora da Europa, nas eleições de 2005, por um escroque, membro da “máfia dos bingos”, que acabou preso na *Operação Furação* – mas que, dois meses depois das ditas eleições, fora nomeado cônsul honorário de Portugal em Cabo Frio.

Estes episódios vieram demonstrar que a moralidade de 2003 também poderia constituir um embaraço para os partidos do poder.

A revisão agora feita não é, por isso, nem inocente nem desinteressada. Com efeito, para além daquela alteração, a única de que se falou, houve outras bem significativas. Uma, consistiu em dispensar os partidos de contabilizar como gastos seus os pagamentos “em espécie”, por exemplo, uma campanha de publicidade paga directamente por um qualquer apoiante. Outra, consistiu em eliminar a obrigatoriedade de abater às contribuições dadas pelo Estado os donativos obtidos pelos partidos. Em resultado disto, pode muito bem acontecer que uma

campanha bem gerida dê lucro! Há agora, com a nova lei, maiores riscos de facilitar a passagem para os cofres partidários de dinheiro sem rasto, como apontam os críticos da nova lei? Sem dúvida. Mas, como os exemplos do CDS, do PSD e do PS mostram, não foi a lei supostamente mais apertada de 2003 que coibiu os seus autores de a violar; ou que levou os tribunais a serem exemplares com os prevaricadores. E não vai ser o limite mais generoso dos donativos em dinheiro sonante que vai abrir portas à corrupção – porque essas portas estão já abertas e não valem apenas o tal milhão e 300 mil euros.

Os autores da nova lei esfalfam-se agora, diante das críticas, em demonstrar que não era sua intenção relaxar a vigilância e chegam a admitir, como fez o PSD, um “ajustamento à lei” se “tiver efeitos perversos”. A preocupação, porém, não está nos “efeitos perversos” mas na forma de os mascarar.

O drama dos partidos do poder é evidente. Por um lado, não conseguem encontrar a fórmula mágica que lhes permita toda a liberalidade possível de obtenção de fundos sem que se perceba, a partir daí, quais são as suas clientelas e as suas dependências. Por outro lado, não podem estar seguros de que as limitações legais que imponham ao assunto não se virem contra eles – e voltem a revelar-se mais casos como os acima relatados.

É natural, portanto, que, em busca da fórmula ideal, a lei não se fique por aqui.

**Manuel Raposo**

## Macro despede 90

A Macro, o segundo maior grupo de distribuição europeu, pretende levar a cabo em Portugal um despedimento colectivo de 90 trabalhadores. E já pressionou alguns dos seus empregados, conseguindo que parte deles aceitasse o despedimento, mediante indemnização. Como a empresa não tem dificuldades económicas, parece ser mais uma que aproveita a crise para despedir trabalhadores e manter elevados os lucros. Entretanto, comissão de trabalhadores decidiu recorrer aos tribunais e interpor providência cautelar contra o despedimento colectivo.

## Enfermeiros: greve e manifestação

Segundo o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, a greve do sector, no dia 12 de Maio, contou com cerca de 80% de adesão, atingindo particularmente os Centros de Saúde e os Blocos Operatórios. De salientar que esta já é a terceira greve dos enfermeiros desde o princípio do ano. E aconteceu também, em Lisboa, uma grande manifestação destes trabalhadores, com mais de 5 mil participantes. Os enfermeiros têm vindo a protestar (e mostram-se dispostos a continuar a luta) contra o actual processo de renegociação de carreiras, pois as propostas do ministério representam uma desqualificação e um real abaixamento dos salários.

## Os lucros dos bancos

Apenas nos três primeiros meses deste ano os cinco maiores bancos que operam em Portugal (CGD, BES, BCP, BPI e Santander Totta) obtiveram 533 milhões de euros de lucro. Estes milhões de lucros foram conseguidos, em grande parte, à custa do aumento do preço dos serviços bancários e das elevadas margens impostas no crédito à habitação. Desde 2005, quando José Sócrates assumiu o governo, estes grupos financeiros já embolsaram 9.260 milhões de euros de lucros. A crise, portanto, não é para todos: a pobreza crescente da população trabalhadora é o reverso da acumulação de capital.

## Conversas da treta

Em campanha para as eleições europeias, Sócrates e Zapatero fizeram comícios conjuntos em Valência e Coimbra onde, para além de algumas picuinhas eleitoristas, falaram dos seus valores “democráticos” e de “esquerda”. Conhecendo bem as políticas de José Sócrates, designadamente nas Reformas (Segurança Social), no Código de Trabalho ou na Educação, assim como o seu apoio a Durão Barroso para a Comissão Europeia, ou a repressão no estado espanhol (ainda agora a tentativa de ilegalizar a Iniciativa Internacionalista), bem se pode dizer que se trata de conversas da treta, para confundir os tolos.

## Heranças pidescas

O interrogatório feito a jovens estudantes da Escola Secundária de Fafe por um funcionário da Inspeção-Geral de Educação parece inspirado nos interrogatórios da polícia política de Salazar. Estas averiguações do Ministério da Educação têm por alvo uma série de protestos dos estudantes, com ovos e tomates atirados contra Maria de Lurdes Rodrigues e os seus secretários de Estado. As perguntas da Inspeção foram conduzidas de forma a tentar incriminar os professores, procurando fomentar a bufaria dos alunos. É um sinal do retrocesso nas liberdades públicas que continuam a existir funcionários de um Estado dito democrático que se prestem a desempenhar tão repugnantes papéis.

## Lay-off na Platex

Na Platex, fábrica de Tomar onde se produzem fibras de madeira e onde laboram 240 trabalhadores, a administração tem um projecto de lay-off e procura obter um subsídio governamental para a empresa. Os operários correm sério risco de desemprego. Agora, em plenário, os trabalhadores decidiram só retomar a produção (interrompida pela administração, com o argumento de “incapacidade financeira”) quando for apresentada uma proposta para resolver a crise na empresa e pagos os salários em atraso.

## Portagens para entrar em Lisboa

# Uma ideia peregrina

**N**a apresentação da sua candidatura à Câmara Municipal de Lisboa, o dirigente bloquista Luís Fazenda apresentou várias ideias, de que a imprensa diária destacou duas: a requisição de casas devolutas e a criação de uma portagem para o acesso ao centro de Lisboa.

A primeira é de saudar, porque a especulação imobiliária tem contribuído para a desertificação do centro da capital, para a degradação de prédios e, por vezes, para derrocadas várias como a que sucedeu em princípio de Maio na esquina da Av. Miguel Bombarda. A autarquia deveria portanto requisitar temporariamente, ou mesmo expropriar de vez em nome da segurança e do interesse públicos, os imóveis abandonados e as casas devolutas.

Acontece que a desertificação do centro também tem tido consequências desestruturantes para o dia-a-dia da classe trabalhadora, obrigando a um fluxo pendular entre a periferia e o centro em que se perdem dezenas de horas por semana e, no cômputo duma vida de trabalho, anos inteiros. A escassez de creches ou locais de estudo para os filhos, a dispersão destes, dos locais de residência e de trabalho e, enfim, o deficit de transportes públicos, têm muitas vezes levado os trabalhadores a optar pelo mal menor de utilizar massivamente o automóvel privado, com custos pesados no orçamento familiar de que o governo e as petrolíferas não são inteiramente inocentes.

E com isto chegamos à segunda proposta – a das portagens para entrar em Lisboa. Luís Fazenda invocou o exemplo de Londres, em que o *mayor* da esquerda trabalhista Ken Livingstone tinha instituído uma portagem idêntica. E parece que, efectivamente, a inovação contribuiu para descongestionar a *city* londrina, e não só. Ganharam todos os residentes e transeuntes, em qualidade ambiental. E ganharam aqueles automobilistas a quem não faz diferença pagarem a taxa, porque o trânsito se tornou muito mais fluido.

Também em Lisboa se poderia es-



perar ganhos ambientais – claro. E também em Lisboa ganhariam os automobilistas privilegiados, que já vivam no centro ou que possam pagar sem sacrifício a tal portagem para virem ao centro. À classe trabalhadora que utiliza o automóvel – e que certamente preferiria poupar o dinheiro da gasolina, se pudesse –, a portagem viria, pelo contrário, dificultar a vida. Não é por estupidez que os trabalhadores se sujeitam a esse gasto, e sim pelas circunstâncias da vida. É verdade que Luís Fazenda se pronunciou a favor duma “tendencial gratuidade dos modos ferroviários suburbanos”. Sabemos o que tem dado a ambiguidade contida na maldita palavrinha: o “tendencialmente gratuito” da Constituição só tem servido para a Educação e a Saúde públicas serem, tendencialmente, cada vez mais caras. Além disso, mais do que a gratuidade, o importante é a suficiência da oferta de transportes: não se correr o risco de esperar meia hora numa estação de comboios, depois um quarto de hora numa paragem de autocarros, e um largo *etcóetera*. Acresce que o automóvel privado só se irá tornando em grande parte supérfluo na medida em que as políticas de emprego, de habitação e de criação

de infra-estruturas, nomeadamente escolares, vão criando mais alternativas, e mais próximas umas das outras, superando a dispersão da vida urbana.

Mas, abstraindo destes problemas, de que o Bloco de Esquerda não tem culpa, fica um outro, que é clássico na política do BE. Trata-se de saber se a melhoria dos transportes colectivos deve vir antes ou depois da criação da portagem de acesso a Lisboa (com resquícios feudais, perdoem-me o parêntesis). É que, se vier antes, ela constitui uma desejável oferta dissuasória e pode supor-se (um tanto abusivamente, mas enfim...) que apenas continuarão a entrar em Lisboa de automóvel aqueles trabalhadores demasiado enquistados na inércia duma cultura automobilística que entretanto deixou de justificar-se. E a taxa de acesso poderia, nessa hipótese muito teórica, parecer justificável. Ora, o Bloco de Esquerda não é claro em afirmar que a tal oferta dissuasória tem de preceder, obrigatoriamente, a taxa de acesso. Nestas condições, a proposta, muito ambientalista sem dúvida, será suportada por novos sacrifícios da classe trabalhadora, em benefício da burguesia e da classe média mais abastada.

**António Louça**



# Um planeta à beira da catástrofe

O texto que divulgamos é um resumo de um artigo do norte-americano Michael T. Klare, que lecciona sobre paz e segurança mundial no Hampshire College, EUA. Foi publicado em Março no site *CounterPunch* e aborda a actual crise mundial do capitalismo por um ângulo interessante e actual: o crescimento da violência de massas num quadro de aumento da pobreza e do desespero.

Numa altura em que as forças da ordem (políticas, policiais, judiciais, morais) visam criminalizar as acções de protesto social – insistindo na tecla do aumento da criminalidade e iludindo a relação entre crime e pobreza – o texto de Michael Klare mostra bem a relação directa que existe entre a crise em curso e os protestos massivos. E mostra mais: a inevitabilidade da violência como reacção ao aumento da pobreza e à falta de perspectivas de futuro. Serão certamente as populações e os países do chamado Terceiro Mundo os mais atingidos pela crise e pelas suas consequências; mas os laços estreitos que a globalização do capitalismo estabeleceu entre todos os países do mundo fazem com que largas camadas trabalhadoras de países desenvolvidos se vejam também mergulhadas no desemprego e na pobreza. Essa é uma base comum para que os protestos desses dois mundos venham a convergir para o mesmo fim, a contestação do sistema capitalista, atacando a crise na sua raiz. **Manuel Raposo**

**O** colapso económico mundial provocou já falências bancárias, bancarrotas, fechos de fábricas e confiscações; nos próximos anos esse colapso provocará sem dúvida milhões de desempregados em todo o planeta. Mas uma outra consequência perigosa só recentemente apareceu: as desordens civis e os conflitos étnicos. Talvez se siga, um dia, a guerra.

À medida que perdem a confiança na capacidade dos mercados e dos governos em resolverem a crise mundial, as pessoas explodirão provavelmente em manifestações violentas ou atirar-se-ão violentamente àqueles que tomam como responsáveis da sua situação desesperada, incluindo funcionários, directores de fábricas, proprietários de casas, imigrantes e minorias étnicas.

Se o desastre económico actual se transformar no que Barack Obama chamou uma “década perdida”, a consequência pode ser levantamentos por todo o mundo tendo por origem a situação económica.

Para tomarmos consciência disso, basta pendurar na parede um mapa do mundo e começar a colocar alfinetes vermelhos nos locais onde os episódios violentos já tiveram lugar. Atenas (Grécia), Longman (China), Port-au-Prince (Haiti), Riga (Letónia), Santa Cruz (Bolívia) e Vladivostoque (Rússia), para começar. Muitas outras cidades, desde Reiquiavique, Paris, Roma e Saragoça até Moscovo e Dublin tiveram já enormes manifestações contra a subida do desemprego e a queda dos salários – manifestações contidas graças, em parte, a numerosas forças policiais antímotim.

Na maior parte dos sítios, tais levantamentos, mesmo violentos, permanecem provavelmente limitados pela sua natureza e suficientemente desorganizados para que as forças da ordem os possam controlar em poucos dias ou semanas. Pelo menos foi assim que as coisas se passaram até agora. No entanto, é inteiramente possível que, à medida que a crise económica se agrave, alguns destes incidentes se

propaguem em acontecimentos bem mais intensos e mais longos: rebeliões armadas, golpes de estado militares, conflitos civis – ou mesmo guerras entre estados sobre um fundo de crise económica.

Cada erupção de violência tem as suas próprias origens e características distintas. Mas todas têm a sua fonte numa combinação similar de angústia quanto ao futuro e falta de confiança na capacidade das instituições estabelecidas de tratarem dos problemas imediatos. E, tal como a crise é mundial, de um modo nunca antes visto, também os incidentes locais – particularmente com a natureza instantânea das comunicações modernas – têm o potencial de arrastar atrás de si outros locais muito afastados, unicamente ligados de modo virtual.

## Pandemia de violência

Os motins que estalaram na Primavera de 2008 em resposta ao aumento dos preços alimentares parecem indicar a rapidez com que a violência de origem económica se pode espalhar. Os *media* ocidentais não relatam geralmente todos os incidentes deste tipo, mas o *New York Times* e o *Wall Street Journal* referiram mesmo assim os motins nos Camarões, no Egipto, na Etiópia, no Haiti, na Índia, na Indonésia, na Costa do Marfim e no Senegal.

Essas acções de protesto pararam porque a queda do preço do petróleo diminuiu os preços dos bens alimentares. Mas podem recomeçar quando os preços do trigo, da soja e talvez do arroz aumentarem nos próximos meses – precisamente no momento em que já se sabe que milhares de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento vão ver os seus rendimentos, já de si marginais, afundarem-se por causa do colapso mundial.

Apesar de terem sido pintadas como conflitos étnicos, religiosos ou de castas, estas erupções de violência foram manifestamente provocadas pela angústia económica e pelo sentimento de que outro grupo social se safa melhor – à custa dos mais precários.

Em 2008, os conflitos provocados pela situação económica rebentaram igualmente numa grande



parte da China oriental. Tais acontecimentos, etiquetados como “incidentes de massas” pelas autoridades chinesas, significam geralmente manifestações de trabalhadores contra o encerramento súbito de fábricas, as perdas salariais ou a confiscação ilegal de terras.

## Do Terceiro para o Primeiro Mundo

Desde Dezembro, o epicentro de tais incidentes esporádicos de violência deslocou-se dos países em desenvolvimento para a Europa ocidental e para a antiga União Soviética. Aqui, as manifestações foram sobretudo motivadas pelo medo de um desemprego prolongado, pelo desespero ligado às malfeitorias e à incompetência dos governos, e pelo sentimento de que “o sistema”, seja qual for a maneira de o definir, é incapaz de satisfazer as aspirações futuras de amplos grupos de cidadãos.

Um dos primeiros levantamentos desta nova maré deu-se em Atenas, na Grécia, em 6 de Dezembro de 2008.

A Rússia conheceu igualmente uma série de manifestações violentas em Dezembro desencadeadas pela imposição de tarifas alfandegárias elevadas sobre os automóveis importados. Quando a polícia de Vladivostoque recusou reprimir as manifestações, as autoridades ficaram suficientemente inquietas para enviarem de Moscovo, a 5.900 km, unidades de forças especiais.

Em Janeiro, incidentes da mesma natureza espalharam-se em toda a Europa oriental. Entre 13 e 16 de Janeiro, manifestações antigovernamentais, com confrontos violentos com a polícia, estalaram em Riga, capital da Letónia, em Sófia, capital búlgara, e em Vilnius, capital da Lituânia. Torna-se já impossível fazer a lista de todos os episódios deste tipo, o que parece indicar que estamos à beira de uma pandemia mundial de violência, tendo uma origem económica.



## Uma receita para a instabilidade

Enquanto a maior parte dos incidentes deste tipo é desencadeada por um acontecimento imediato – uma tarifa alfandegária, o encerramento de uma fábrica local, o anúncio de medidas de austeridade – há factores sistémicos que estão em curso. Os economistas concordam que estamos no meio duma recessão mais profunda que todas as outras desde a Grande Depressão dos anos 30, mas supõem geralmente que esse declínio – como todos os outros desde a segunda guerra mundial – será seguido, dentro de um, dois, ou três anos, pelo início de um restabelecimento típico.

Mas há boas razões para suspeitar que pode não ser assim – que os países mais pobres (ao mesmo tempo que os habitantes dos países mais ricos) terão de esperar bem mais tempo por um tal restabelecimento ou poderão mesmo não beneficiar de nenhum. Nos EUA, segundo uma recente sondagem, 54% das pessoas pensam hoje que o pior está para vir e apenas 7% acham que a economia “virou a página”. Um quarto da população pensa igualmente que a crise vai durar mais de quatro anos. Seja nos EUA, na Rússia, na China ou no Bangladesh, é esta angústia subjacente – este sentimento de que as coisas são bem piores do que se diz – que contribui para alimentar a pandemia mundial de violência.

## Os avisos do Banco Mundial

O mais recente relatório do Banco Mundial (BM) sobre a situação, as Perspectivas Económicas Mundiais para 2009, responde a estas angústias com ambiguidade. Recusa-se a expor o pior, mesmo se depois acaba por dá-lo a entender em termos demasiados claros para serem ignorados – a perspectiva de um declínio de longa duração, ou mesmo permanente, das condições económicas para numerosas pessoas

em todo o mundo. Teoricamente optimista – como o são tantos peritos nos *media* – quanto à probabilidade de um restabelecimento económico num futuro não muito longínquo, este relatório está cheio de avisos relativos ao potencial de danos duráveis nos países em desenvolvimento se as coisas não caminharem pelo melhor.

Duas inquietações, em particular, dominam as Perspectivas da Economia Mundial para 2009: que os bancos e as empresas dos países mais ricos deixem de investir nos países em desenvolvimento, sufocando o que resta das possibilidades de crescimento; e que o custo dos bens alimentares suba de modo incomportável, ao mesmo tempo que a utilização de solos agrícolas para a produção de biocombustíveis reduza a disponibilidade de bens alimentares para centenas de milhões de pessoas.

A baixa quase certa dos investimentos ocidentais nos países do Terceiro Mundo, diz o relatório, significará uma situação muito grave para os países em desenvolvimento. Um tal cenário traduzir-se-á numa situação de convulsão e desordem, com falências bancárias e crises monetárias num leque importante de países em desenvolvimento.

Um crescimento negativo brutal num grande número de países em desenvolvimento, com todas as repercussões concomitantes, designadamente pobreza e desemprego acrescidos, seriam assim inevitáveis.

Combinem-se estas duas conclusões do BM – crescimento económico zero nos países em desenvolvimento e aumento dos preços alimentares – e ter-se-á uma receita perfeita para perturbações civis e violência implacável. As erupções de violência vistas em 2008 e no princípio de 2009 seria assim sinais anunciadores de um futuro sombrio no curso do qual, a um dado momento, um número indeterminado de grandes cidades será convulsionado por motins e desordens civis que poderão espalhar-se como fogo em palha.

## Um mundo à beira da catástrofe

Existe hoje no mundo um número enorme de sítios potenciais para tais erupções múltiplas – ou mesmo pior. A China, por exemplo. Até agora as autoridades conseguiram controlar os “incidentes de massas” individuais, impedindo-os de se fundirem em qualquer coisa mais vasta. Mas num país com mais de 2 mil anos de história de amplos levantamentos milenares, o risco de uma escalada tem de estar no espírito dos dirigentes chineses.

Em 2 de Fevereiro, um responsável cimeiro do partido chinês, Chen Xiwen, anunciou que, só nos últimos meses de 2008, o número espantoso de 20 milhões de trabalhadores migrantes, que, nos últimos anos, foram das zonas rurais para as cidades em crescimento, perdeu o emprego. E disse que poucos deles têm perspectiva de voltar a encontrar emprego em 2009, nem mesmo se regressassem ao campo, onde não teriam terra para trabalhar.

Nestas condições, e com milhões de trabalhadores suplementares despedidos das fábricas

costeiras no próximo ano, as perspectivas de perturbações massivas são elevadas.

Outro exemplo são os estados petrolíferos do Terceiro Mundo que tiveram crescimentos meteóricos dos seus rendimentos quando o preço do petróleo era elevado, permitindo aos seus governantes comprar os grupos dissidentes ou financiar poderosas forças de segurança. Mas com os preços do petróleo a cair de 147 dólares o barril para menos de 40, tais países, de Angola à Nigéria ou ao Iraque, estão confrontados com uma grave instabilidade.

Outras regiões, igualmente prejudicadas por essa política nacional respeitante à partilha dos rendimentos, estarão abertas a convulsões de toda a espécie, incluindo guerras fratricidas mais numerosas e mais intensas

A Bolívia é outro produtor de energia que parece estar à beira de uma escalada de violência alimentada pela situação económica. A elite de ascendência europeia, que controla a parte oriental do país, suporta mal a interferência do governo central de Evo Morales e procura controlar ela própria essas reservas – criando as condições para uma guerra civil generalizada.

**N**uma situação mundial em que se sucedem desenvolvimentos surpreendentes e por vezes inesperados, prever o que quer que seja é arriscado. No entanto, para o povo, os dados essenciais são bastante claros: o declínio económico contínuo, combinado com o forte sentimento de que as instituições e os sistemas existentes são incapazes de pôr as coisas em ordem, produz já uma mistura letal de angústia, de medo e de cólera. Explosões populares de uma espécie ou de outra são inevitáveis.

Esta nova realidade chegou já aos escalões mais altos dos serviços de informações norte-americanos. Numa audição senatorial, em 12 Fevereiro último, o almirante Dennis C. Blair, novo director das Informações Nacionais, declarou: “A primeiríssima preocupação a curto prazo dos EUA, em matéria de segurança, é a crise económica mundial e as suas implicações geopolíticas... Os modelos estatísticos mostram que a crise económica, se persistir por um período de um a dois anos, aumenta o risco de instabilidade que ameaça certos regimes”.

O almirante Blair não especificou que países tem em mente, mas é claro que os responsáveis norte-americanos vigiam de perto dúzias de nações instáveis na África, no Próximo Oriente, na América Latina e na Ásia Central.

Retome-se agora o mapa pendurado na parede, com todos os alfinetes cor-de-laranja e vermelhos, e pintem-se os países em tons de vermelho e laranja indicando os declínios recentes mais chocantes do produto interno bruto e os mais fortes aumentos do desemprego. Mesmo sem 16 agências de informações às nossas ordens, teremos uma boa noção dos sítios onde Blair e consortes têm o olhar fixado, em termos de instabilidade, à medida que o futuro se vai tornando sombrio sobre um planeta à beira da catástrofe.



# Salários reais diminuem, repartição do rendimento piora

**S**egundo estimativa da Comissão Europeia, Portugal vai ter, em 2009, uma redução dos salários reais. Estes irão cair 0,4%, apesar da diminuição dos preços (cerca de 0,3%) que se prevê para este ano. E isto acontece, fundamentalmente, por causa dos inúmeros processos de *lay-off* (redução temporária do tempo de trabalho e respectivo corte salarial), que têm estado a ser levados a cabo por todo o país e que já atingem vários milhares de trabalhadores.

No fundo, já está a ser posta em prática a tese defendida por conhecidos capitalistas (e propagandeada por alguns economistas e jornalistas ao seu serviço) de ser necessário reduzir os salários nominais dos trabalhadores para poder fazer face à crise. Por outro lado, e tendo em atenção esta redução prevista nos salários reais, dados do *Eurostat* levam-nos

a concluir que a remuneração do trabalho (\*) representará, em 2009, apenas 50% do Produto Interno Bruto (PIB) enquanto, em 1973, era de 60%.

Estes valores incluem, para além dos salários e ordenados, as chamadas contribuições sociais a cargo do patronato para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações (que em 1973 eram inferiores a 10%). Se deduzirmos os cerca de 14% em que se situarão hoje essas contribuições, verifica-se que a parte de salários e ordenados corresponde efectivamente a apenas cerca de 36% do PIB.

Acresce ainda o facto conhecido de, no respeitante a salários de trabalhadores, muitos patrões não só não pagarem as contribuições a que são obrigados por lei, mas também de procederem a descontos que depois embolsam em vez de os fazerem chegar à Segurança Social ou à Caixa Geral de Aposen-

tações.

Isto significa que a repartição do rendimento é hoje mais desfavorável aos trabalhadores que antes do 25 de Abril de 1974. De lembrar aqui que a parte do rendimento nacional destinada ao trabalho, entre 1974 e 1975, com a organização e a luta ousada dos trabalhadores na altura, com a diferente correlação de forças de então, chegou a atingir os 74% (64% de salários mais 10% de contribuições sociais).

Claro, apesar da já elevada taxa de exploração, o patronato quer sempre mais e mais! Só a luta determinada, corajosa, dos trabalhadores poderá fazer parar governo e patrões.

*(\*) Os números oficiais incluem nas mesmas contas os salários e os ordenados, pelo que a parte correspondente ao trabalho assalariado propriamente dito será ainda menor que o indicado.*

**Pedro Goulart**

## Fala quem sabe

A mais interessante declaração de Oliveira e Costa, ex-presidente do Banco Português de Negócios, na comissão parlamentar de inquérito às fraudes no banco, não foi sobre as mentiras do seu parceiro e conselheiro de Estado Dias Loureiro, coisa que toda a gente já sabia. Foi a afirmação de que, se todos os bancos portugueses fossem investigados como o BPN, a banca entraria em colapso.

## Portugal, CIA, EUA

Todos os dias vamos descobrindo novos pormenores das ligações de alguns conhecidos “democratas” portugueses aos EUA, na preparação do golpe militar de direita do 25 de Novembro de 1975. De Mário Soares já eram sobejamente sabidas as suas ligações a Carlucci. Agora, no livro “Carlucci vs. Kissinger”, é tornada pública a ligação de Melo Antunes a Kissinger, ligação confirmada pelo então chefe de gabinete daquele militar de Abril e Novembro. É hoje bem claro como esta gente contribuiu para entregar as classes trabalhadoras portuguesas ao capital e o país ao imperialismo norte-americano. O propósito, dizem, era repor nos carris a democracia: o resultado vê-se na qualidade do regime actual.

## Professores prosseguem luta

Durante várias semanas os sindicatos foram às escolas ouvir os professores. Nas reuniões, “destacou-se um clima de grande insatisfação e profunda indignação dos professores”, afirmou Mário Nogueira. Mas, para um sector que este ano lectivo levou a cabo importantes greves e manifestações, a primeira acção de luta decidida nestas reuniões – uma carta aberta ao primeiro-ministro – parece pouco. Serve para relançar a luta? Das várias acções agendadas para Maio destacam-se, além de paralisações de 90 minutos em todas as escolas, a realização de uma manifestação no dia 30, em Lisboa.





## Turismo de anexação

Anúncios de turismo israelitas foram retirados do metropolitano de Londres em resultado de pressões e queixas massivas. No princípio de Maio, a Campanha de Solidariedade com a Palestina começou a receber informação de apoiantes seus acerca de anúncios do ministério israelita do Turismo com um mapa que incluía a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e os Montes Golã, territórios que fazem parte da Palestina e da Síria.

## O poder imuniza-se

Um advogado britânico foi condenado em Milão por falsas declarações em tribunal que permitiram ilibar o primeiro-ministro italiano. Berlusconi e a sua firma Fininvest eram acusados de subornar funcionários das Finanças para obterem favores fiscais e de terem criado uma empresa fictícia com a qual financiavam ilegalmente partidos políticos. O tribunal de Milão provou que o advogado recebeu um suborno de 430 mil euros e condenou-o a quatro anos e meio de prisão. Mas Berlusconi, que começou por ser co-acusado no mesmo processo, não chegou a ser julgado graças a uma lei, que ele mesmo fez aprovar, que lhe dá imunidade enquanto for primeiro-ministro, suspendendo assim as acusações de que era alvo.

## Saneamento à inglesa

Pela primeira vez em mais de 300 anos, o presidente do parlamento britânico teve de se demitir por actos de corrupção. Em causa, o uso de dinheiros do Estado para pagar despesas pessoais, como corridas de táxi da mulher do dito presidente. No acto de moralização, porém, ficou a saber-se que muitos outros deputados de todos os partidos estavam envolvidos em pagamentos da mesma espécie, que iam de limpezas de piscinas até trabalhos de jardinagem e decoração de interiores. Quer dizer que, antes do caso vir a público, toda a gente sabia do assunto e tolerava-o como prática corrente. Presume-se, assim, que pequenas acções de saneamento no parlamento britânico ocorram de 300 em 300 anos.

# Luta de classes ganha novo fôlego

A maioria dos franceses apoia o sequestro de patrões  
55% justificam os sequestros e 64% são contra as acções judiciais

**N**o dia 28 de Abril, o canal francês TV5 transmitiu um interessante debate intitulado “Patrões sequestrados: até quando?”. Em discussão, não apenas o sequestro de patrões e administradores, mas de uma forma geral as acções cada vez mais destemidas da parte dos trabalhadores franceses em resposta aos efeitos da crise, particularmente os despedimentos. Não foram tanto as declarações feitas que deram interesse ao debate – mas sim o que, entre as diferentes posições expressas, veio ao de cima. Os jornalistas, comentadores, dirigentes sindicais, sociólogos presentes não puderam evitar de reconhecer que se assiste a um recrudescimento da luta de classes: “A luta de classes ganhou novo fôlego”, disse-se concretamente.

### Em cólera

Diante dos efeitos da crise, “há hoje uma verdadeira cólera” entre os franceses, houve quem reconhecesse. Naturalmente, choveram as condenações às acções de sequestro. Os representantes da central sindical CGT fizeram questão de afirmar que “não as encorajavam”. Os homens da direita fizeram notar que a lei deverá ser respeitada e que “não se deve premiar o delito” senão será “o caos”. Foi lembrada a declaração formal de Sarkozy em 7 de Abril (repetida pelo primeiro ministro Fillon) de que fará respeitar “a lei da República”. Não faltou sequer o habitual apontar de dedo a “uma minoria radical”, à “extrema-esquerda” que seria responsável pelos “excessos” da massa, tida por naturalmente ordeira – tanto nas universidades como nas empresas. Mas tudo isto foi dito de uma forma estranhamente moderada. Não em tom de ameaça, mas quase de apelo ao bom senso. Isto é, na defensiva! A razão de ser desta postura branda percebeu-se quando



foram revelados os resultados de uma sondagem recente (10 e 11 de Abril) acerca de como está a reagir a opinião pública aos acontecimentos. Com efeito, 55% dos franceses justificam não só os sequestros, como os cortes e bloqueios de estradas quem têm vindo a generalizar-se. Mais: 64% acham que não devem ser levantados processos judiciais aos trabalhadores que pratiquem sequestros ou cortes de estradas. E mais ainda: os números desta sondagem não só confirmam o que sondagens semelhantes tinham apurado a partir de Março, como mostram uma crescente posição favorável aos sequestros – o que revela uma opinião consolidada e não de circunstância.

### A favor dos sequestros

Na verdade, numa sondagem feita a 1 e 2 de Abril para o jornal *Le Parisien* 45% dos inquiridos achavam os sequestros “aceitáveis” e 50% eram de opinião contrária. Num outro inquérito feito a 2 e 3 de Abril para a revista *Paris Match* 30% dos franceses “aprovaram” os sequestros, 63% “compreendiam-nos mas não os aprovavam” e apenas 7 % os “condenavam”. Quer dizer, a maioria dos franceses mostra-se favorável aos métodos de luta postos em prática, independentemente de serem legais ou ilegais! É este peso da opinião pública – que ainda há

poucos meses não era igual – que torna cautelosos os homens do poder e faz, para já, das ameaças de Sarkozy letra morta. Este pendor da opinião pública tem raiz num temor generalizado pela perda do emprego e pela degradação das condições de vida. Dados da mesma sondagem mostram que mais de dois terços dos franceses receiam não voltar a encontrar trabalho se forem despedidos. Por outro lado, as evidências falam por si: em duas horas de sequestro resolvem-se questões negociais que se arrastavam há semanas ou meses. “É a única maneira de os trabalhadores se fazerem ouvir” – reconhecia um dos participantes do debate. Ou seja, é a eficácia das acções que leva a maioria dos franceses a apoiá-las – por ver nelas o meio prático de levar por diante os seus direitos – e não o julgamento acerca da legalidade ou ilegalidade das iniciativas.

Marx dizia numa passagem de *O Capital* que, segundo as regras do capitalismo, o capitalista tem o direito de reduzir ao mínimo que puder o preço que paga pela força de trabalho do operário; e que o operário tem o direito inverso de obter o máximo que puder do capitalista. E acrescentava que estes direitos iguais só podiam ser dirimidos por um processo: a luta de classes. Eis pois a luta de classes!  
**Manuel Raposo**

# EUA Direita aplaude Obama

**Q**uatro meses depois de ter assinado, em Janeiro, o decreto de extinção da prisão de Guantánamo, o presidente

Obama restabeleceu o tribunal militar especial que deverá julgar os presos ali detidos. Trata-se de um evidente recuo em relação às promessas que deu na campanha eleitoral. Mesmo proibindo a tortura e os testemunhos não identificados, as garantias dos prisioneiros continuam a ser menores que as dos tribunais normais dos EUA, o que demonstra a persistência da ilegalidade instituída por Bush.

Significa isto que os direitos constitucionais norte-americanos continuam neste caso suspensos, tal como Bush pretendeu.

O argumento dado por Obama é igualmente preocupante. Segundo o presidente, as comissões militares têm raízes nas tradições legais dos EUA e por isso são adequadas "desde que bem estruturadas e administradas". Ora, isto ilude o facto de tais tribunais terem sido impostos por Bush através de manobras jurídicas que levantaram fortes protestos nos meios judiciais norte-americanos.

Esta decisão segue-se a uma outra, igualmente condenável, tomada dias antes: a de impedir a divulgação de fotos de torturas aplicadas pelas forças norte-americanas contra supostos terroristas, nomeada-



mente no Iraque e no Afeganistão. De novo, o argumento usado dá que pensar: Obama afirmou que a divulgação não iria ajudar a resolver a situação e só iria "inflamar ainda mais a opinião pública contra os EUA e colocar as nossas tropas em maior perigo". Retomando o pretexto de que se tratou da acção de "uma minoria", Obama protege de facto a equipa de Bush que decidiu que a tortura era um método como outro qualquer para atingir os fins dos EUA.

Os aplausos da direita não se fizeram esperar. John McCain, candidato republicano derrotado por Obama congratulou-se por ele "ter adoptado agora esta visão". Lindsay Graham, senador republicano, considerou a decisão "um passo para fortalecer a

segurança nacional". E Ari Fleischer, ex-porta-voz de Bush, convidou Obama a reconhecer que as críticas que fez a Bush durante a campanha eleitoral "estavam erradas".

Obama não estaria a mentir quando, na campanha eleitoral, prometeu virar a página à governação de George Bush. Mas, pelo menos, estava a menosprezar o peso dos interesses que estiveram por detrás de Bush e que agora se acolhem à sua sombra por serem comuns às classes dominantes norte-americanas, de que Obama faz parte. As decisões de Obama acima referidas não podem ser interpretadas senão como sinais de cedência, em questões chave, perante quem manda nos EUA.

**Manuel Raposo**

## Furar o bloqueio

Visando quebrar o bloqueio a Gaza, várias delegações internacionais tentam entrar no território palestino. De uma delas, promovida pela CodePink, organização norte-americana de mulheres contra a guerra, faz parte um médico português recém-licenciado, André Trassa. Um grupo de 66 outros activistas conseguiu entrar, em 26 de Maio, com imensa dificuldade, apesar da intimidação dos serviços secretos egípcios que colaboram com os israelitas no bloqueio. Centenas de outros activistas estão acampados em Rafah, impedidos de entrar. Esta pressão internacional procura chamar a atenção para a desumanidade do bloqueio, que dura já há dois anos, e forçar as autoridades israelitas a mudar de atitude.

## Sem mistério

Sondagem feita em Maio prevê que 57% dos eleitores europeus irão abster-se no dia 7 de Junho. Apesar de ter baixado dos 66% estimados em Janeiro, o nível de abstenção mostra falta de crédito das eleições. Dados do inquérito apontam que as preocupações maiores dos eleitores são, por esta ordem, a quebra económica, o crescimento da criminalidade e o futuro das reformas, tudo questões decorrentes da crise do capitalismo. Deveriam ser estes os temas debatidos, dizem os inquiridos. Não é difícil deduzir que os debates passam ao lado das questões decisivas para as vidas dos eleitores. Não há mistério portanto.

## O assalto a África

Um estudo da FAO (organização da ONU para a alimentação e agricultura) revela que, em África, 2,5 milhões de hectares de terras férteis foram comprados, desde 2004, em apenas cinco países – Etiópia, Gana, Madagáscar, Mali e Sudão. Os compradores são na maioria estrangeiros e grande parte das terras destinam-se a culturas para biocombustíveis. Milhares de camponeses pobres estão assim a ser privados dos seus terrenos de cultivo ao mesmo tempo que a produção alimentar tenderá a diminuir. Vem aí mais fome, portanto; e não vai faltar, no mundo ocidental, quem depois lamente o "atraso" dos africanos.

Para pôr fim à jurisdição penal universal

## Espanha pressionada a revogar legislação

O Congresso dos Deputados de Espanha aprovou uma resolução que visa retirar aos tribunais espanhóis a capacidade, que hoje têm, de julgar violações do direito internacional que tenham sido cometidas em qualquer parte do mundo sobre quaisquer cidadãos. Este exercício de jurisdição penal universal permite, por exemplo, inculpar os responsáveis por crimes de guerra cometidos no Iraque ou na Palestina, e é essa faculdade que vários movimentos em Espanha aproveitam para tentar levar a tribunal criminosos norte-americanos ou israelitas.

O mesmo sucedia com a legislação belga, ao abrigo da qual foi tentado o julgamento dos capangas de Bush pelos crimes cometidos no Iraque. Fortes ameaças dos EUA foram então feitas à Bélgica, tendo as autoridades do país acabado por revogar a dita legislação.

A resolução dos deputados espanhóis vai no mesmo sentido e, caso seja adoptada pelo governo, levará ao encerramento de processos actualmente em curso.

Num abaixo-assinado que corre em Espanha é pedido ao governo que rejeite a resolução exigindo-lhe que ponha a defesa dos direitos humanos à frente das pressões económicas ou políticas que estão a ser exercidas sobre Espanha para que a referida legislação seja revogada.

É lembrado que a Espanha foi um dos países que assinaram as Convenções de Genebra de 1949 sobre Direito Internacional Humanitário e o Protocolo Adicional relativo à protecção das vítimas dos conflitos armados internacionais – e que, ao abrigo disso, Espanha tem a obrigação de manter intacto na sua legislação o princípio de jurisdição universal para julgar os responsáveis pelo cometimento de crimes de guerra. Não é difícil de ver a quem incomoda esta disposição.

Os promotores do abaixo-assinado pedem que pessoas e organizações de todo o mundo o subscrevam. Uma das formas de o fazer será enviar um e-mail para o endereço: [coordinacion@ongporpalestina.org](mailto:coordinacion@ongporpalestina.org).

**Manuel Raposo**



## “Justiça” aqui ao lado

Por recurso do governo espanhol, uma juíza decidiu que devem ser retirados os nomes de Otaegi e Txiki de uma praça do país basco. Txiki e Otaegi foram dois combatentes antifascistas fuzilados pela ditadura terrorista de Franco. A senhora juíza justifica a sua “mui douta” decisão, afirmando que “eram dois terroristas culpados de pertencer a um grupo terrorista”. O nome de Franco, responsável por uma guerra civil e por quase 40 anos de ditadura, esse continua por ruas e praças de Espana sem que o governo se sinta incomodado. É mais uma sentença do aparelho judicial espanhol que ajuda bem a caracterizar e perceber a justiça praticada por um estado com papel de relevo na União Europeia.

## Otegi apoia II

Arnaldo Otegi, destacado militante da esquerda independentista basca e ex-dirigente de Herri Batasuna, apelou agora ao voto na Iniciativa Internacionalista. Recordamos que o aparelho judicial espanhol tentou ilegalizar esta lista, mas que o Tribunal Constitucional decidiu favoravelmente à sua participação nas eleições europeias. Otegi, em conferência de imprensa, justificou este apoio, pois embora não seja uma lista da esquerda *abertzale*, a Iniciativa Internacionalista aposta na alternativa social e no reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação. E sublinha que esta lista pode contribuir para uma solução pacífica e democrática no País Basco.

## Protestos em Cabul

Centenas de mulheres manifestaram-se em Cabul, Afeganistão, em 15 de Abril, pela revogação de uma lei que lhes nega direitos básicos. A lei protege a violação marital, sujeita as saídas de casa à autorização dos maridos e priva-as da custódia dos filhos e do direito de herança. Protestos, dentro e fora do país, coagiram o presidente Karzai a recuar. Os EUA ocupam e tutelam o país desde 2001 e exercem nele influência decisiva há 30 anos, desde que apoiaram o derrube do governo progressista então no poder.

# Espanha. Apesar das tentativas de ilegalização Iniciativa Internacionalista concorre às eleições europeias

**A** fúria persecutória do estado espanhol contra quem defenda a independência dos povos ou ponha em causa o sistema capitalista vigente parece não ter limites. As classes dominantes espanholas, com os seus principais instrumentos partidários – PSOE e PP – quando pressentem o perigo mandam avançar o aparelho judicial. E começa a ser claro que o fazem mesmo independentemente da participação ou não de elementos ligados à ETA.

Com a habitual manipulação dos *media* e até com a cumplicidade de alguma “esquerda” – o BNG (Bloco Nacionalista Galego) calouse e a IU (Esquerda Unida) exigiu a vários dos seus membros que retirassem o aval que tinham concedido à candidatura da Iniciativa Internacionalista – o Supremo Tribunal decidiu anular a candidatura da Iniciativa Internacionalista ao Parlamento europeu. É a 11.ª anulação de candidaturas desde 2003. O Supremo Tribunal fundamentou esta sua “sentença” em alegadas

ligações de alguns dos elementos da lista a formações políticas próximas da ETA. Os habituais e inquisitoriais pretextos do aparelho judicial do estado espanhol para ilegalizar partidos e candidaturas incómodas. Embora desta vez tenha ido longe demais no recurso a vagas, falsas e escandalosas justificações! Dado o enorme escândalo, a solidariedade desenvolvida para com a lista ilegalizada, tanto em Espanha como a nível internacional e, também, as divisões no próprio aparelho judicial espanhol sobre esta decisão, o Tribunal Constitucional acabou por revogar a sentença do Supremo, podendo, assim, a Iniciativa Internacionalista participar no referido acto eleitoral.

A lista candidata ao Parlamento europeu promovida pela Iniciativa Internacionalista envolve gente das Astúrias a Castela, passando pela Galiza, Catalunha e País Basco.

Na coligação participam, entre outros, a Frente Popular Galega, a Corrente Vermelha, a Esquerda Catalã e a Iniciativa Comunista. A lista é encabeçada pelo

conhecido dramaturgo Alfonso Sastre e integra destacados militantes das lutas de classe do estado espanhol, da intelectualidade e dos movimentos independentistas.

Designadamente, Doris Benega (da Esquerda Catalã), Josep Garganté (dirigente da greve dos transportes de Barcelona), Angeles Maestro (da Corrente Vermelha), Xosé Luís Ferran, Glória Berrocal, Alicia Hermida, Jaime Losada e António Maira (gente da cultura do estado espanhol).

A lista pode ser, no actual contexto, um meio importante de propagan-dear e cimentar um projecto político de vários sectores não comprometidos com o sistema. Para além do empenhamento na defesa das liberdades democráticas e no tratamento de diversos problemas específicos existentes no estado espanhol, o movimento gerador desta Iniciativa Internacionalista procura abrir caminho a uma resposta de classe à actual crise do capitalismo, assim como ao desenvolvimento da luta anti-imperialista.

**Pedro Goulart**



# Sindicatos noruegueses apelam ao boicote a Israel

A maior central sindical da Noruega, a LO, lançou em 16 de Maio, a todo o país, um apelo para liderar um boicote internacional a Israel se não for alcançado um acordo de paz com os palestinianos. A posição foi aprovada durante o congresso da LO realizado na véspera.

**A** Confederação Norueguesa de Sindicatos, que representa mais de um terço dos trabalhadores do país, disse, numa declaração pública, que tanto Israel como os palestinianos merecem viver em paz e segurança, e que o governo israelita deve ser considerado responsável se esse objectivo não for conseguido. A organização exigiu a Israel que pusesse fim à ocupação ilegal dos territórios palestinianos, respeitasse as fronteiras de 1967, pusesse termo à expansão de colonatos e retirasse as barreiras de segurança que bloqueiam a livre movimentação dos palestinianos.

A declaração propõe que o governo norueguês pressione as Nações Unidas para que façam cumprir as resoluções acerca da Palestina e para que desempenhem um papel activo para atingir aqueles fins. Defende ainda que, se estes esforços falharem, o governo norueguês deverá liderar uma campanha internacional contra a ocupação dos

territórios palestinianos.

A declaração da LO refere ainda a guerra em Gaza, no começo deste ano, e exige que a ONU crie uma comissão para investigar as violações do direito internacionais então cometidas.

## Como dantes

O governo israelita tem rejeitado os apelos internacionais para que retome as conversações de paz com os palestinianos.

O actual primeiro-ministro de Israel, Benjamim Netanyahu, que visitou os EUA no dia 17 de Maio, recebeu de Barack Obama a garantia de que o apoio dos EUA a Israel se manterá. Este apoio não foi alheio ao facto de Netanyahu ter voltado a recusar o direito dos palestinianos a terem um Estado independente. De resto, para reforçar a ideia, assessores próximos de Netanyahu afirmaram, na mesma altura, que ele não vai mostrar flexibilidade no assunto e continuará a rejeitar uma solução de dois Estados.

**Urbano de Campos**



## Contra-informação

O *Diário de Notícias* publicou em 25 de Abril um texto de Valentina Marcelino prevenindo-nos contra manifestações convocadas por movimentos “anarco-libertários” para esse mesmo dia.

Significativamente intitulado “Policías e secretas reforçaram a vigilância a radicais de esquerda”, o escrito indica como fontes de informação: policías, SIS, Europol, procuradores, enfim, “as forças de segurança” do sistema.

Já sabemos, pelos livros e pela experiência, como as policías e a contra-informação desempenham um papel essencial na defesa dos governos burgueses e do sistema capitalista. Neste caso, a autora do escrito tem a preocupação de nos alertar para o que chama “desacatos” praticados em 25 de Abril de 2007 por aqueles movimentos, assim como para as suas consequências repressivas, lembrando uma futura ida a tribunal de 11 dos então participantes nessa manifestação (alguns com “cadastro”, no dizer de Valentina). Não fala, claro, da brutal carga policial sobre os manifestantes.

Procura ainda estabelecer tenebrosas ligações orgânicas, de violência e financeiras, entre os “movimentos radicais de esquerda” portugueses e várias organizações “extremistas” internacionais. O que se pretendia com o “artigo” era, efectivamente, denegrir os organizadores de uma manifestação marcada para o dia 25 de Abril, no Príncipe Real, em Lisboa, e amedrontar os eventuais participantes.

É uma prática habitual das policías e da contra-informação.

No fim da leitura, ficamos sem saber se Valentina Marcelino é polícia ou jornalista!

**Carlos Completo**

## DITO

Na medida em que o capital se acumula, a situação do operário - seja qual for a sua paga, alta ou baixa - tem de piorar.

*Karl Marx (1818-1883)  
em O Capital*